

Assunto: Nomeação de 72 juízes	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção/Repórter: Diário Urbano/Jaílson da Paz
Página: pa6	Data: 07/10/2014

DIÁRIO de **PERNAMBUCO**

Assumiram a vaga...

O Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) até que nomeou os 72 aprovados no último concurso público para juiz, mas dois deles desistiram da vaga. E 61 dos 70 restantes assumiram formalmente o cargo de magistrado, devendo ocupar, após curso de 628, comarcas no interior pernambucano.

... E na expectativa

Apesar das duas desistências, o TJPE, que possui 200 vagas abertas para juiz, trabalha com a expectativa de que nove nomeados venham assumir o cargo. Cinco nomeados têm até a próxima quarta-feira para entregar a documentação exigida, enquanto quatro pediram prorrogação do prazo para posse.

Assunto: Reintegração de Posse de terreno ocupado por comunidade	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção/Repórter: Diário Urbano/Jaílson da Paz
Página: pa6	Data: 07/10/2014

DIÁRIO de **PERNAMBUCO**

Despejo agendado...

O clima no bairro de Passarinho, Zona Norte do Recife, anda pesado com o anúncio do despejo judicial de 25 mil famílias das comunidades Córrego da Bica, Alto do Carroceiro e as vilas Betel e Frei Damião. Se cumprido como previsto, no dia 9 de novembro, o despejo vai afetar cerca de 75 mil pessoas.

... Briga na Justiça

A ordem de despejo atende a pedido de reintegração de posse da empresa Nordeste Pre-Moldados, que afirma ser proprietária das áreas ocupadas pelas 25 mil famílias. A disputa judicial se arrasta desde 2007, tendo a Justiça concedido a reintegração de posse em favor da empresa no ano passado.

Assunto: Denúncia de Irregularidade em Adoção de Criança para Estrangeiros	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção/Repórter: Raphael Guerra
Página: pa6	Data: 07/10/2014

DIÁRIO de **PERNAMBUCO**



Um ano depois, denúncia segue sem investigação

MPPE deveria apurar suposto tráfico de influência de advogada no processo de adoção de criança a casal que vive nos Estados Unidos, mas o processo retornou à Procuradoria Geral de Justiça

RAPHAEL GUERRA
raphaelguerra.pe@dabr.com.br

Solicitada há quase um ano, a investigação relacionada ao crime de tráfico de influência supostamente praticado pela advogada Giovana Uchoa, filha do presidente da Assembleia Legislativa de Pernambuco, ainda não tem prazo para começar. Um promotor criminal de Olinda deveria apurar a participação dela no processo de adoção de uma criança a um casal que vive nos Estados Unidos. Porém, pela segunda vez, o processo retornou para análise da Procuradoria Geral de Justiça. O caso foi noticiado com exclusividade pelo Diário.



JULIANA LEITAO/DIÁRIA PRESS

Processo irregular de adoção da criança foi realizado no Fórum de Olinda em 2013

+ saibamais As respostas dadas pelo MPPE

foi noticiado com exclusividade pelo Diário.

Apesar de ser um caso de forte repercussão no estado, envolvendo suposto desrespeito ao Cadastro Nacional de Adoção praticado pela juíza da Infância e Juventude Andrea Calado, já que a preferência da guarda provisória da menina M.A. deveria ser dos casais que vivem no município de origem dela, o Ministério Público não avançou nas investigações alegando "conflito de atribuições" sobre quem, de fato, deveria assumir o processo.

Inicialmente, a determinação da Procuradoria Geral de Justiça (PGJ) era de que caberia à Central de Inquéritos de Olinda definir o promotor. Mas desde então o processo se arrasta entre os mais diversos setores para submissão de novas análises.

Na última resposta dada ao Diário, na semana passada, a assessoria de imprensa do Ministério Público se limitou a dizer que o caso estava com a PGJ, "sob os cuidados da Subprocuradoria-geral de Justiça em Assuntos Jurídicos, para definir sobre um tema

+ **saibamais** As respostas dadas pelo MPPE

NOVEMBRO DE 2013

A sub-procuradora geral de Justiça Maria Helena Nunes Lyra decidiu solicitar à Central de Inquéritos de Olinda investigação de tráfico de influência supostamente praticado pela advogada Giovana Uchoa

JANEIRO DE 2014

O processo encontrava-se na Central de Inquéritos de Olinda sem definição de promotor para assumir o caso

MARÇO DE 2014

O processo encontrava-se em

análise da Central de Inquéritos de Olinda

MAIO DE 2014

Foi encaminhado à Assessoria Criminal do Ministério Público, por ter havido um conflito de atribuições

JULHO DE 2014

O processo continuava sob estudo da Assessoria Criminal do Ministério Público

AGOSTO DE 2014

Subprocuradoria Geral de

Justiça em Assuntos Jurídicos remeteu o processo às Promotorias de Justiça de Olinda

SETEMBRO DE 2014

A Central de Inquéritos de Olinda continuava em análise para definir qual promotor assumirá o caso

OUTUBRO DE 2014

O processo retorna à Procuradoria Geral de Justiça para definição sobre o promotor de Justiça que deve atuar no caso

preliminar a cerca da atribuição do promotor que irá atuar no caso".

O Diário solicitou entrevista sobre o atraso do processo com o procurador geral de Justiça, Aguinaldo Fenelon, mas a assessoria informou que ele não poderia falar ontem pois estava em reunião com o governador do estado.

Justiça

Giovana já é ré em outro processo. Em novembro de 2013, a Justiça acatou denúncia

contra ela e o casal que iria adotar a menina. O trio responde por falsidade ideológica após praticarem o delito de informar nome e sobrenome falsos da criança no livro de batismo, registrado na Paróquia de São José, em Casa Caiada. Giovana, que foi apresentada como madrinha, foi responsabilizada por ter assinado o documento confirmando as informações, que na verdade eram falsas. A pena para este crime é de até três anos de reclusão.

assista



Videoreportagem do especial *Infâncias devolvidas*, do Diário



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular

Assunto: Juiz Humberto Inojosa como Secretario Executivo de Ressocialização	
Veículo: Diário de Pernambuco	
Editoria: Local	Seção/Repórter:
Página: pa7	Data: 07/10/2014

DIÁRIO de PERNAMBUCO

Novo secretário-executivo de Ressocialização diz que trabalhará pelo respeito aos presos dos sistema carcerário do estado

O novo secretário executivo de Ressocialização, Carlos Humberto Inojosa Galindo, assumiu ontem a pasta com a promessa de priorizar o respeito aos direitos humanos dos presos. Com atuação como juiz há 20 anos, ele substituiu o coronel Romero Ribeiro, exonerado do cargo na quarta-feira passada.

“Os desafios são muitos, diante de um contingente de 31 mil presos. Faremos melhorias. Estamos com obras em andamento para abrir novas vagas nos presídios. Nossa preocupação é com os direitos dos presos, que estão sendo desrespeitados”, afirmou.

Segundo o secretário, o sistema prisional conta hoje com cerca de 1,4 mil agentes penitenciários. Outros 135 estão em curso para ingresso nas unidades. A expectativa de Inojosa é que, em 2015, mais 200 possam ser inseridos na equipe.

Entre outras funções, o secretário já atuou como juiz de Execuções Penais, corregedor de presídios, coordenador do 1º Mutirão Carcerário em Pernambuco, membro do Departamento de Monitoramento e Fiscalização



Carlos Humberto Inojosa Galindo substitui Romero Ribeiro, exonerado do cargo

Direitos humanos como prioridade

de Presídios do Conselho Nacional de Justiça.

Sobre o sistema de monitoramento dos presos em regime semiaberto, Inojosa disse que será mantido o uso das tornozeleiras, inclusive com a aquisição de novas. O Centro de Monitoramento Eletrônico de Reeducados é alvo de investigação da 1ª Vara de Execuções Penais por irregularidades no cumprimento de pena de uma detenta em 2012,

que cumpria prisão domiciliar, mas violou o perímetro. A Justiça só tomou conhecimento disso no ano seguinte.

O caso foi denunciado pela imprensa na semana passada, o que resultou na exoneração de Romero Ribeiro. Sobre essa questão, o novo secretário afirmou que não foi empossado para fazer “caça às bruxas”. “As apurações são de responsabilidade de outros órgãos competentes”, disse.

assista



TV Clube/Record entrevista e novo secretário-executivo



Fotografe o QR code ao lado com o software leitor do seu celular

Ciods vai monitorar presos

TORNOZELEIRAS Novo secretário de Ressocialização, Humberto Inojosa, anuncia transferência de responsabilidade para a polícia

O Centro de Monitoramento Eletrônico de Reeducação (Cemer), responsável pelo acompanhamento de 4 mil presos em regime de semiliberdade, medida cautelar ou prisão domiciliar que usam tornozeleiras, deverá ser transferido para o Centro Integrado de Operações de Defesa Social (Ciods), para facilitar a atuação da polícia quando necessário. A medida foi anunciada pelo novo secretário-executivo de Ressocialização, Carlos Humberto Inojosa Galindo, que assumiu o cargo ontem.

Com 20 anos de experiência como juiz de Direito, tendo atuado em varas de Execuções Penais e corregedoria de presídios pernambucanos, Humberto Inojosa substituiu o coronel Romero Ribeiro, afastado no

meses penitenciários, Humberto Inojosa respondeu que isso será reavaliado. "Existem presos concessionados que podem atuar em algumas tarefas, como limpeza e coleta de material. Mas transportar armamentos, munições e documentações penais não podem. Isso acontece hoje, mas vai mudar", explicou. O **JC** também denunciou essa irregularidade no mês passado.

O efetivo de agentes é um dos desafios de um sistema com cerca de 31 mil apenados e 10,9 mil vagas. "O ideal seria um para cada cinco presos e hoje temos unidades com um para até 37 detentos. Mas, além dos 1.400 profissionais em atividade, temos outros 135 em formação e autorização para contratar mais 200", registrou.

dia que o **Jornal do Commercio** revelou que a Justiça investiga a denúncia de que uma detenta descumpriu a prisão domiciliar, na gestão do então secretário coronel Romero Ribeiro, sem que o centro tenha comunicado à 1ª Vara de Execuções Penais.

"Não vou fazer uma gestão de caça às bruxas", adiantou o novo secretário, salientando que sua função é continuar o que está funcionando e mudar o que não está. "Esse monitoramento por tornozeleiras é seguro e quero ampliá-lo, pois isso mantém o laço familiar do detento e desafoga os presídios. Mas acho importante essa junção das centrais de operação, pois a polícia não precisará ser acionada, atuará de imediato".

Questionado sobre o que faria com relação aos detentos que realizam função de agen-

Humberto Inojosa também pretende buscar parcerias para investir na ressocialização. "É preciso redirecionar a capacitação dos reeducandos para atividades que o mercado de trabalho absorva", disse. "É continuar apostando na educação, pois muitos são analfabetos. Mas Pernambuco é o Estado que tem o maior número de presos em sala de aula no País".

Com base em sua experiência junto ao sistema prisional, Humberto Inojosa destacou que seu foco será em garantir os direitos humanos dos presos. "São muitas as queixas de maus-tratos. E vou trabalhar para que o detento seja tratado com dignidade", assegurou. "Se um agente público cometer uma agressão contra um preso, ele deverá responder criminalmente. Não vamos ter condescendência".



Hélio Schepp/JC Imagem

Denúncia do **JC** derrubou ex-secretário

O juiz aposentado Humberto Inojosa assumiu o cargo ontem, cinco dias depois da exoneração do coronel Romero Ribeiro da Secretaria-Executiva de Ressocialização (Seres). A queda foi provocada pela revelação do **Jornal do Commercio** de que a 1ª Vara de Execuções Penais (VEP) investiga a denúncia de que uma detenta descumpriu a prisão domiciliar para trabalhar em 2012 na campanha da vereadora de Olinda Mônica Ribeiro, esposa do então secretário.

No dia 31 de janeiro de 2013, o governo do Estado foi avisa-



Diego Negro/JC Imagem

TECNOLOGIA Cerca de quatro mil detentos utilizam o equipamento em Pernambuco. Juiz recém-aposentado, Humberto Inojosa foi empossado no cargo na tarde de ontem

do da denúncia encaminhada à Justiça pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) pelo Sindicato dos Agentes Penitenciários (Sindasp). O ofício foi enviado ao então secretário de Administração Décio Padilha. Mas o Executivo somente reagiu na última quarta-feira, um ano e oito meses após ter sido comunicado oficialmente.

Na denúncia investigada pela 1ª VEP, há duas fotografias anexadas como prova da participação na campanha eleitoral de Elide Silva Santos, condenada a 17 anos de prisão por ser mandante de um homicídio. Em uma delas, a presa posa ao lado do casal Ribeiro. Todos usam adesivo de propaganda e fazem com os dedos o sinal da vitória. A decisão judicial dava a Elide o direito de ficar em casa para tratar de uma doença. Mas ela foi vista em atos de campanha de Mônica Ribeiro.

Assunto: Juíza Ana Luiza Câmara	
Veículo: Jornal do Commercio	
Editoria: CADERNO C	Seção/Repórter: Dia a Dia
Página: 3	Data: 07/10/2014

jornal do  commercio

A primeira-dama

Ana Luiza Câmara pedirá ao Conselho Nacional de Justiça orientação sobre como poderá aliar o cargo de juíza - hoje coordenadora dos Juizados Especiais do TJPE - ao posto de primeira-dama do Estado. Ela, aliás, estava de férias do trabalho e retorna nesta semana. Dias de descanso com a família? Provavelmente numa brecha em novembro. As filhas pedem.

Assunto: Ressoalização tem um novo secretário	
Veículo: Folha de Pernambuco	
Editoria: Cotidiano	Seção/Repórter:
Página: 2	Data: 07/10/2014



Gestor foi convidado pelo governador para assumir a Seres

Ressoalização tem um novo secretário

■ **ELE JÁ INFORMOU** que está previsto para o próximo ano um concurso público para 200 agentes penitenciários

Pernambuco já tem um novo secretário-executivo de Ressoalização. Carlos Humberto Inojosa Galindo tomou posse, ontem, na sede da Secretaria de Ressoalização (Seres). A nomeação do novo gestor, que substituiu o coronel Romero Ribeiro devido à denúncias de que uma tentativa descumpriu as exigên-

cias da prisão domiciliar e participou da campanha da esposa dele a vereadora de Olinda em 2012, foi publicada no Diário Oficial na edição do último sábado.

Humberto Inojosa foi convidado pelo governador João Lyra para assumir a Seres. O gestor disse que está previsto para o próximo ano um concurso público para 200 novos agentes penitenciários. Falou também que sua gestão será focada nos direitos humanos dos apenados e seus parentes. "Os presos precisam ter seus direitos garantidos e assistidos", disse. Sobre as denúncias do ex-secretário Romero Ribeiro, foi enfático: "Não vou fazer caça às bruxas".

Nojosa atuou como juiz de Direito do Estado. Também



Maurício Ferry

HUMBERTO Inojosa afirmou que a gestão será focada nos direitos humanos

foi juiz de Execuções Penais, corregedor de presídios, coordenador do primeiro Mutirão Carcerário, com atuação em todas as penitenciárias, presídios e cadeias públicas, em trabalho conjunto do Tribunal de Justiça com o Conselho Nacional de Justiça. O novo secretário também foi gestor de Contratos de Trabalho e Ressoalização de Presos do TJPE e membro do Departamento de Monitoramento e Fiscalização de Presídios do CNJ.

Ainda sobre o currículo do novo secretário, também atuou como juiz criminal das comarcas dos municípios de Betânia, Cabrobó, Belém de São Francisco e Camaragibe; e juiz Cível e Criminal das comarcas de Jaboatão dos Gua-

Folha resume

Tomou posse, ontem, o novo secretário da Secretaria de Ressoalização (Seres). Carlos Humberto Inojosa Galindo foi convidado pelo governador João Lyra para assumir a Seres. O gestor afirmou que a sua gestão será focada nos direitos humanos dos apenados e seus parentes.

rarapes e do Recife. De 2008 a 2013, representou o Poder Judiciário no Programa Pacto Pela Vida. Foi assessor especial da presidência do TJPE entre 2012 e 2013.

Bacharel em Direito pela Universidade de Olinda, Humberto Inojosa tem pós-gra-

duação em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco. Também participou dos cursos interativos de Sistemas de Justiça Criminal, nas Universidades da Geórgia, nos Estados Unidos, e Universidade de Mendoza, na Argentina.

Assunto: TJPE, TJRN, TJPB e TJMG avançam na implantação do PJe	
Veículo: CNJ	Data: 07/10/2014
Editoria:	Seção:



TJPE, TJRN, TJPB e TJMG avançam na implantação do PJe



Os Tribunais de Justiça de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e Minas Gerais comemoram os resultados da implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) e trabalham no sentido de ampliar a instalação do sistema. Entre as vantagens, apontam a diminuição do tempo para a tramitação dos processos e a economia com insumos. Iniciado em 21 de junho de 2011, o PJe é um sistema para a automação do Judiciário, desenvolvido pelo

Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em parceria com os tribunais e a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

A implantação do PJe no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (TJPE) começou há quatro anos e a mudança no tempo de tramitação dos processos tem sido radical. Antes da implantação do sistema, os processos ficavam por cerca de 90 dias apenas aguardando a distribuição. Agora ela é feita de forma imediata.

“Estamos vencendo a burocracia, o chamado tempo morto do processo”, diz o juiz Fábio Eugênio, do comitê gestor do PJe no tribunal. O PJe já está implantado em 37 juizados especiais cíveis de todo o estado, quatro varas de execução fiscal e em 34 varas cíveis do Recife. A Justiça estadual concentra atualmente cerca de 70% dos processos judiciais de todo o estado e, desta demanda, a metade está no primeiro grau.

De acordo com o juiz Fábio Eugênio, até o fim do ano o PJe estará em funcionamento em 12 varas de família e, até o fim de 2015, em todas as varas da capital, varas de fazenda e da região metropolitana. De acordo com cronograma que foi enviado pelo tribunal ao CNJ, durante os anos de 2016 e 2017 o processo eletrônico será levado às varas das 120 comarcas do interior.

Na Justiça estadual de Pernambuco, já são cerca de 180 mil processos tramitando virtualmente, número que ainda deve crescer significativamente, considerando que, de acordo com o Justiça em Números de 2014, com dados de 2013, há 1,9 milhão de processos tramitando na Justiça do Estado.

O juiz Fábio Eugênio aponta como característica positiva da implantação do PJe no Estado a participação ativa da seccional pernambucana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PE) nas discussões do comitê gestor do PJe do tribunal. “A OAB tem colaborado bastante com suas opiniões e isso está facilitando a implantação do processo eletrônico”, diz o juiz Fábio Eugênio.

Rio Grande do Norte – Há cerca de dois meses, as 24 varas cíveis da capital Natal estão completamente informatizadas, além dos 16 juizados especiais federais e das duas varas de precatórios. O segundo passo que está sendo dado, de acordo com o juiz da 12ª Vara Cível Fábio Antônio Correia Silveira, é a expansão para o segundo grau, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte (TJRN).

Até o fim do ano, a implantação deverá atender as varas criminais e as comarcas do interior. As primeiras a receber o PJe serão as varas de Parnamirim, Mossoró, Macaíba, Ceará-mirim e Canguaretama. De acordo com o juiz Fábio, a etapa que tem consumido mais tempo é o treinamento dos servidores no interior, que têm menos familiaridade com os recursos de informática. “Em pouco tempo já podemos observar que houve redução significativa no tempo de tramitação dos processos”, diz o juiz Fábio.

Paraíba – Atualmente, 33,6 mil processos foram distribuídos pelo sistema eletrônico no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (TJPB) e, no segundo grau, já tramitam mil processos pela esfera virtual. O TJPB já implantou o PJe em 33 varas do primeiro grau, no Tribunal Pleno e nas três Turmas Recursais da capital e, até o fim do ano, será levado a duas Varas de Executivos Fiscais da capital João Pessoa.

De acordo com o juiz auxiliar da Presidência do tribunal Antônio Silveira Neto houve ganho significativo em relação à economia com insumos desde a implantação do processo eletrônico. “Estamos em parceria com a seccional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PB) e fornecendo treinamentos, tanto para os advogados quanto para o Ministério Público”, diz o juiz Antônio Silveira.

Minas Gerais – De acordo com informações do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG), foram distribuídos, até o fim de agosto, 4.175 processos eletrônicos. Conforme o Relatório Justiça em Números 2014 (ano-base 2013), há 4 milhões de processos em tramitação na Justiça Estadual mineira. Os processos eletrônicos já foram distribuídos em 67 varas, sendo 35 varas cíveis, 12 varas de família, 13 varas de fazenda, 4 Varas de Feitos Tributários e 3 Varas Regionais do Barreiro.

Assunto: Humberto Inojosa toma posse como secretário-executivo de Ressocialização	
Veículo: folhape	Data: 07/10/2014
Editoria:	Seção:



Humberto Inojosa toma posse como secretário-executivo de Ressocialização

Novo titular declarou que gestão será focada nos direitos humanos dos apenados



Maurício Ferry/Folha de Pernambuco

"Presos precisam ter direitos garantidos", disse

Tomou posse, na tarde desta segunda-feira (6), o novo secretário-executivo de Ressocialização de Pernambuco. Carlos Humberto Inojosa Galindo substituiu o coronel Romero Ribeiro, que foi alvo de denúncias de que uma detenta teria descumprido as exigências da prisão domiciliar e participado da campanha de sua esposa à Câmara Municipal de Olinda, em 2012. A demissão foi publicada no Diário Oficial do Estado na edição do último sábado (4).

O novo titular da Secretaria Executiva de Ressocialização (Seres) atuou como juiz de Direito em Pernambuco. Também foi juiz de Execuções Penais, corregedor de Presídios e coordenador do primeiro Mutirão Carcerário, com atuação em todas as penitenciárias, presídios e cadeias públicas, em trabalho conjunto do Tribunal de Justiça com o Conselho Nacional de Justiça. O novo secretário foi ainda gestor de Contratos de Trabalho e Ressocialização de Presos do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) e membro do Departamento de Monitoramento e Fiscalização de Presídios do CNJ.

Durante o ato de posse, Humberto Inojosa disse que está previsto, para o próximo ano, um concurso público para 200 novos agentes penitenciários. Falou também que sua gestão será focada nos direitos humanos dos apenados e de seus parentes. "Os presos precisam ter seus direitos garantidos e assistidos", declarou. Sobre as denúncias contra o secretário que o antecedeu, foi enfático: "Não vou fazer caça às bruxas".